



**Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos
Médicos e Hospitalares S.A.**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Pelotas – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 6 de abril de 2015, sem modificação.

Porto Alegre, 11 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS



Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado 31/12/2015	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014	Passivo	Nota	Consolidado 31/12/2015	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.704	1.140	16.673	Fornecedores	13	3.523	3.206	9.530
Aplicações financeiras	7	5.097	5.097	-	Empréstimos e financiamentos	15	28.590	25.733	29.198
Contas a receber de clientes	8	19.285	18.177	18.361	Adiantamentos de clientes	16	2.024	2.024	2.000
Impostos a recuperar	10	7.645	6.327	2.454	Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.876	2.776	3.112
Estoques	9	26.819	25.744	21.241	Obrigações fiscais e tributárias		698	631	2.389
Adiantamentos a fornecedores		11.453	11.447	1.628	Outras contas a pagar		142	1.042	1
Outros créditos		290	282	142			<u>37.853</u>	<u>35.412</u>	<u>46.230</u>
		<u>72.293</u>	<u>68.214</u>	<u>60.499</u>					
Não circulante					Não circulante				
Impostos a recuperar	10	4.135	4.135	5.538	Empréstimos e financiamentos	15	22.785	22.768	12.567
Impostos diferidos	18	2.327	2.327	-	ICMS diferido a Recolher		10.570	10.570	7.604
Investimento em Controlada	30	-	3.089	-	Provisão para perdas em investimentos	30	-	808	-
Outros créditos		545	1.478	72	Outros		1.437	1.437	-
Imobilizado	11	60.133	60.059	56.983	Impostos diferidos	18	-	-	1.029
Intangível	12	18.639	15.943	10.803	Provisão para contingências	20	455	455	440
		<u>85.779</u>	<u>87.031</u>	<u>73.396</u>			<u>35.247</u>	<u>36.038</u>	<u>21.640</u>
					Patrimônio líquido	21			
					Capital social		68.436	68.436	68.436
					Capital social a integralizar		-	-	(22.000)
					Reserva de lucros		13.573	13.573	16.454
					Ajuste de avaliação patrimonial		1.786	1.786	3.135
							<u>83.795</u>	<u>83.795</u>	<u>66.025</u>
					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores				
					Participação de não controladores		1.177	-	-
							<u>84.972</u>	<u>83.795</u>	<u>66.025</u>
					Total do patrimônio líquido				
		<u>158.072</u>	<u>155.245</u>	<u>133.895</u>			<u>158.072</u>	<u>155.245</u>	<u>133.895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado 31/12/2015	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014
Receita operacional líquida	22	64.683	61.676	71.435
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(38.322)</u>	<u>(36.792)</u>	<u>(46.569)</u>
Lucro bruto		26.361	24.884	24.866
Despesas gerais e administrativas	23	(15.475)	(14.221)	(11.706)
Despesas com vendas	23	(16.954)	(16.777)	(17.047)
Resultado de equivalência patrimonial	30	-	(1.174)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25	<u>4.705</u>	<u>5.868</u>	<u>4.165</u>
Lucro (prejuízo) operacional		(1.363)	(1.420)	278
Despesas financeiras	24	(10.216)	(9.782)	(6.047)
Receitas financeiras	24	<u>3.881</u>	<u>3.616</u>	<u>529</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(7.698)	(7.586)	(5.240)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		<u>3.316</u>	<u>3.356</u>	<u>861</u>
Resultado do exercício		<u><u>(4.382)</u></u>	<u><u>(4.230)</u></u>	<u><u>(4.379)</u></u>
Resultado atribuível a acionistas controladores		(4.230)	(4.230)	(4.379)
Resultado atribuível a acionistas não controladores		(152)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>										
	Capital Social	Capital a Integralizar	Fundo de Resgate	Retenção de lucros	Reserva investimentos	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total Patrimonio Líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	28.122	-	1.852	17.029	953	985	5.001	-	53.942	-	53.942
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(4.379)	(4.379)	-	(4.379)
Aumento de Capital Fundos de Resgate	1.852	-	(1.852)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	38.462	(22.000)	-	-	-	-	-	-	16.462	-	16.462
(-) Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(2.828)	2.828	-	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído	-	-	-	-	-	-	962	(962)	-	-	-
Transferência de resultado / Absorção de prejuízos	-	-	-	(2.513)	-	-	-	2.513	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	68.436	(22.000)	-	14.516	953	985	3.135	-	66.025	-	66.025
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)	(152)	(4.382)
Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.329	1.329
Aumento de Capital	-	22.000	-	-	-	-	-	-	22.000	-	22.000
(-) Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(2.043)	2.043	-	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído	-	-	-	-	-	-	694	(694)	-	-	-
Transferência de resultado / Absorção de prejuízos	-	-	-	(2.881)	-	-	-	2.881	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	68.436	-	-	11.635	953	985	1.786	-	83.795	1.177	84.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado 31/12/2015	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014
Resultado do exercício	(4.382)	(4.230)	(4.379)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(4.382)</u></u>	<u><u>(4.230)</u></u>	<u><u>(4.379)</u></u>
Resultado atribuível a acionistas controladores	(4.230)	(4.230)	(4.379)
Resultado atribuível a acionistas não controladores	(152)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período	(4.382)	(4.230)	(4.379)
Ajustes por:			
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.174	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(3.356)	(3.356)	(861)
Provisões para contingências	(262)	15	(55)
Depreciações e amortizações	8.852	8.824	9.427
Reversão/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.110	1.103	182
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.610	9.176	3.521
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	-	-	2.130
(Aumento) redução nos ativos			
Em contas a receber	(905)	(919)	(903)
Em estoques	(4.786)	(4.503)	(4.272)
Em impostos a recuperar	(3.003)	(2.470)	289
Em adiantamentos a fornecedores	(9.825)	(9.819)	3
Em bens a comercializar	-	-	105
Em outros créditos	(12)	(1.546)	114
Aumento (redução) nos passivos			
Em fornecedores	(7.272)	(6.324)	6.952
Em adiantamento de clientes	24	24	-
Em obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais	1.236	1.208	1.416
Em obrigações sociais e trabalhistas	(352)	(336)	1.456
Em outras contas a pagar	1.341	41	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(11.982)</u>	<u>(11.939)</u>	<u>15.125</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras vinculadas	(5.097)	(5.097)	-
Investimento em controlada, líquido de caixa no consolidado	(724)	(1.018)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(10.629)	(10.963)	(10.537)
Aquisição de intangível	(6.491)	(6.076)	(5.000)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(22.941)</u>	<u>(23.154)</u>	<u>(15.537)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	21.564	21.564	26.533
Amortização de empréstimos e financiamentos	(23.610)	(24.004)	(26.487)
Aumento de capital	22.000	22.000	16.462
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	<u>19.954</u>	<u>19.560</u>	<u>16.508</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.969)</u>	<u>(15.533)</u>	<u>16.096</u>
Demonstração das (redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	16.673	16.673	577
No fim do exercício	1.704	1.140	16.673
	<u>(14.969)</u>	<u>(15.533)</u>	<u>16.096</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, sediada em Pelotas no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a produção e comercialização de produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar com 100% das vendas realizadas atualmente no mercado interno, disseminadas em todo território nacional. Seus principais clientes são órgãos de saúde pública e entidades de saúde privadas.

A Companhia atua no segmento de infusão, monitoração, paramentação cirúrgica, esterilização e serviços de manutenção em equipamentos de fabricação própria.

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi da diretoria da companhia em 11 de março de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009;
- Ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 18 - Impostos diferidos

Nota explicativa 20 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio do resultado.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

iv. *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos acabados e produtos em processo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

g. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia são representados por gastos em produtos desenvolvidos internamente e outros adquiridos de terceiros e são mensurados pelo método de custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização destes ativos é determinada pela sua vida útil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a fabricação de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O prazo de amortização destes ativos é determinado pela sua vida útil conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

j. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente a um ativo qualificável são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos.

n. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no quadrimestre.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

r. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos

As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos, e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar.

s. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”) para investimentos concedidos pelo governo estadual do Rio Grande do Sul. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à operação de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico. Essas subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram registradas. A parte referente ao diferimento do ICMS a pagar é registrada no passivo não circulante.

t. Reclassificação nas demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras naquela data e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade está demonstrada a seguir:

Balço patrimonial	Publicado	31/12/2014 Reclassificado
Total ativo circulante	60.499	60.499
<i><u>Não circulante</u></i>		
Impostos a recuperar	5.538	5.538
Bens a Comercializar	11.306	-
Outros créditos	72	72
Imobilizado	45.677	56.983
Intangível	10.803	10.803
Ativo não circulante	73.396	73.396
Ativo total	133.895	133.895

A Administração da Companhia entende que essa reclassificação não é material, pois, trata-se de uma reclassificação entre contas do “ativo não circulante”.

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Suas políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de seus recebíveis, de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e Estado onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física ou jurídica.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos quando aplicável.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações contábeis, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia atua no mercado externo, referente a aquisição de matéria-prima importada e vendas ao exterior. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Administração monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2015 (consolidado) e 2014 é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Total do Passivo	73.100	67.870
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.704)	(16.673)
Dívida Líquida (A)	71.396	51.197
Total de Patrimônio Líquido	<u>84.972</u>	<u>66.025</u>
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (A/B)	0,84	0,78

6 Caixa e equivalentes de caixa

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	<u>1.140</u>	<u>16.673</u>
	<u>1.140</u>	<u>16.673</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso.

7 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 5.097. Essas aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários – CDB, remuneradas a taxas que variam entre 100% e 101,5% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Duplicatas a receber	24.539	20.487	25.661
Duplicatas a receber partes relacionadas	25	-	-
Depósitos a Classificar	(1.854)	(161)	(1.854)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.068)	(1.965)	(3.068)
Cientes CPC 30	(1.454)	-	(1.454)
	18.177	18.361	19.285

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
A vencer	13.996	12.307	14.523
Vencidas	10.568	8.341	10.807
1 a 30 dias	1.300	1.751	1.395
31 a 60 dias	1.496	786	1.586
61 a 90 dias	701	774	730
91 a 180 dias	905	2.214	909
181 a 365 dias	2.176	2.001	2.179
Mais de 365 dias	3.990	815	4.007
	24.564	20.487	25.330

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Matérias-primas	9.229	11.563	9.899
Produtos em processo	504	2.591	504
Produtos acabados	15.576	7.003	15.982
Mercadorias para revenda	45	84	45
Provisão Ajuste de Estoque	(350)	-	(350)
Estoque CPC 30	739	-	739
	25.744	21.241	26.819

10 Impostos e contribuições a recuperar

Ativo circulante

	Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	1.802	1.254	2.146
Imposto sobre a circulação de mercadoria e serviço (ICMS)	790	123	1.721
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	2.103	199	2.103
Programa de integração social (PIS)	420	62	420
Imposto de renda - pessoa jurídica (IRRF)	966	328	966
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)	246	200	246
Outros	-	288	43
	6.327	2.454	7.645

Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	3.397	4.479	3.397
Programa de integração social (PIS)	738	1.059	738
	4.135	5.538	4.135
	4.135	5.538	4.135

11 Imobilizado

Controladora

	Vida útil em anos	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Equipamento de fabricação própria	10	68.002	(41.440)	26.562	27.503
Máquinas e equipamentos	10	11.118	(9.714)	1.404	2.373
Veículos	5	872	(732)	140	188
Equipamento de informática	5	2.050	(1.524)	527	463
Móveis e utensílios	10	1.486	(1.061)	424	521
Instalações	10	405	(334)	71	75
Benfeitorias em bens locados	5	1.968	(1.139)	829	914
Obras em andamento	-	6.987	-	6.987	1.234
Terrenos	-	569	-	569	569
Obras Civis	40	25.463	(2.916)	22.546	23.144
		118.919	(58.860)	60.059	56.983

- a. A conta de imobilizado em andamento tem por finalidade registrar todos os investimentos em ativo fixo da Companhia, os quais possuem controle individual por projeto, por localidade e tipo de investimento. Quando os projetos entram em produção ou quando são postos em serviço, estes são transferidos para as suas respectivas contas definitivas para o início da depreciação.
- b. A Companhia concedeu bens pertencentes ao seu ativo imobilizado em garantia de empréstimos

e financiamentos tomados, no valor líquido de R\$ 23.003 em 31 de dezembro de 2015.

- c. A Administração efetuou análise de eventuais indicadores de *impairment* do seu ativo imobilizado e não detectou fatores que pudessem indicar a existência de perdas.
- d. Não foram identificados valores relevantes de ativo imobilizado nas empresas controladas incluídas no processo de consolidação.

A movimentação do custo do imobilizado, no exercício de 2015, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2014		31/12/2015	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamento de fabricação própria	66.412	4.610	(3.020)	68.002
Máquinas e equipamentos	10.905	322	(109)	11.118
Veículos	872	-	-	872
Equipamento de informática	1.823	243	(15)	2.050
Móveis e utensílios	1.495	3	(13)	1.486
Instalações	391	13	-	405
Benfeitorias em bens locados	1.974	20	(26)	1.968
Obras em andamento	1.234	5.753	-	6.987
Terrenos	569	-	-	569
Obras Civis	25.463	-	-	25.463
	<u>111.138</u>	<u>10.964</u>	<u>(3.183)</u>	<u>118.919</u>

A movimentação da depreciação do imobilizado, no exercício de 2015, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2014		31/12/2015	
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamento de fabricação própria	38.909	5.550	(3.020)	41.439
Máquinas e equipamentos	8.534	1.289	(109)	9.714
Veículos	684	47	-	732
Equipamento de informática	1.360	179	(15)	1.524
Móveis e utensílios	974	100	(13)	1.061
Instalações	315	19	-	334
Benfeitorias em bens locados	1.060	105	(26)	1.139
Obras civis	2.318	598	-	2.916
	<u>54.155</u>	<u>7.888</u>	<u>(3.183)</u>	<u>58.860</u>

12 Intangível

Controladora

	Taxa Amort % a.a.	Custo	Amort acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Direito de uso de software	20	1.140	(1.057)	83	1.140
Tecnologia industrial	25	18.494	(3.522)	14.972	10.692
Marcas e Patentes	10	6	-	6	6
Outros bens	-	900	(18)	881	7
		<u>20.540</u>	<u>(4.597)</u>	<u>15.943</u>	<u>10.803</u>

A movimentação do custo do intangível, no exercício de 2015, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2014		31/12/2015		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de uso de software	1.140	-	-	-	1.140
Tecnologia industrial	13.293	2.888	-	2.313	18.494
Marcas e patentes	6	-	-	-	6
Outros bens	25	3.188	-	(2.313)	900
	<u>14.465</u>	<u>6.076</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.540</u>

A movimentação da depreciação do intangível, no exercício de 2015, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2014		31/12/2015	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direito de uso de software	(1.042)	(15)	-	(1.057)
Tecnologia industrial	(2.601)	(921)	-	(3.522)
Outros bens	(18)	-	-	(18)
	<u>(3.661)</u>	<u>(936)</u>	<u>-</u>	<u>(4.597)</u>

Ativos intangíveis relacionados à tecnologia industrial estão substancialmente representados por desenvolvimento de novos produtos para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de concluir os projetos e colocar os produtos no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração avaliou a viabilidade de conclusão dos projetos e a existência de indicadores de que algum projeto possa ter sofrido perdas no valor recuperáveis, não tendo identificado fatores dessa natureza. Ativos intangíveis no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

	31/12/2015
Total do ativo intangível na controladora	15.943
Desenvolvimento de software – Signove	1.495
Tecnologia industrial – Vida	1.193
Outros	<u>9</u>
	18.639

A Companhia adquiriu software em desenvolvimento para a implantação de novo produto no mercado por meio da aquisição do controle da empresa Signove Tecnologia S.A. Adicionalmente, a Companhia alocou a mais-valia paga na aquisição da empresa Vida Indústria e Comércio de Produtos Médicos Ltda. integralmente para intangíveis de desenvolvimento de tecnologia industrial, uma vez que a aquisição teve como principal objetivo agregar tecnologia complementar às atividades da Companhia, resultando em produtos complementares e soluções completas aos clientes.

13 Fornecedores

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Cartão BNDES	203	308
Fornecedores nacionais	2.796	8.983
Fornecedores estrangeiros	<u>207</u>	<u>284</u>
	<u>3.206</u>	<u>9.530</u>

Não existem saldos relevantes de fornecedores no consolidado em adição aos saldos da controladora.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos do passivo em 31 de outubro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Transações com acionistas

	31/12/2015	31/12/2014
Financiamento – BNDES (a)	<u>8.247</u>	<u>13.611</u>
	<u>8.247</u>	<u>13.611</u>

- (a) Refere-se aos empréstimos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e classificado em passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Modalidade</u>	<u>Garantia</u>	<u>Encargos</u>	<u>Mês de Vcto.</u>	<u>30/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES Profarma Produção	Investimento	Bens Imobilizado	TJLP + 1% a.a.	Jan./18	5.453	5.384
BNDES Profarma Inov.	Investimento	Bens Imobilizado	3,5% a.a.	Nov/15	<u>2.794</u>	<u>8.227</u>
Total do BNDES					<u>8.247</u>	<u>13.611</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2014	2015
Salários	1.777	2.571
Encargos	175	39
Outros benefícios	<u>146</u>	<u>259</u>
	<u>2.098</u>	<u>2.868</u>

Transações com empresas controladas (eliminadas na consolidação)

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber Vida Indústria e Comércio	25	-
Contas a pagar Vida Indústria e Comércio	365	-
Compras de ativo imobilizado	365	-
Vendas de ativo imobilizado	25	-

15 Empréstimos e financiamentos

<u>Banco</u>	<u>Encargos</u>	<u>Mês de Vcto</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
			<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>
Banco Itaú S.A.	TJLP + 5,5% a.a.	jan/16	2	64	9
Banco Itaú S.A.	3,9% a.a.	mai/16	2	4	2
Banco Itaú S.A.	3,0% a.a.	mai/18	287	406	287
Banco Itaú S.A.	1,03% a.m.	jan/15	-	23	-
Banco Santander S.A.	14,0286% a.a	set/16	11	25	11
Banco Itaú S.A.	5,54% a.a	abr/16	130	446	130
Banco Itaú S.A.	CDI	jun/16	511	1.400	511
Banco ABC do Brasil	TJLP + 10,5% a.a.	abr/15	-	292	-
Banco Banrisul	5,54% a.a	out/16	1.231	2.682	1.231
Banco Itaú S.A.	6,80% a.a.	dez/15	-	878	-
Banco ABC do Brasil	6,8034% a.a	fev/15	-	84	-
Banco ABC do Brasil	6,4216% a.a.	ago/15	-	670	-
Banco Itaú S.A.	5,50% a.a.	jun/17	538	884	538
Banco Uniced	1,65% a.m.	jul/18	-	562	-
Banco Itaú S.A.	19% a.a.	ago/17	1.150	1.689	1.150
Banco Banrisul	7,30% a.a.+CDI	ago/16	235	590	235
Banco Santander S.A.	3,54% a.a.+CDI	ago/15	-	15.544	-
Banco Santander S.A.	0,29% a.m.+CDI	ago/15	-	1.561	-
Banco ABC do Brasil	6,6834% a.a.+CDI	nov/15	-	351	-
Banco Santander S.A.	4,66% a.a.+CDI	jul/16	18.061	-	18.061
Finep	Tjlp+5% desc 3,5%	out/22	18.096	-	18.096
Banco do Brasil	TJLP + 5,5% a.a.	Jun/16	-	-	16
Banco Santander S.A.	5,54% a.a.	Nov/16	-	-	55
Banco Santander S.A.	CDI	Abr/16	-	-	1.246
Banco Santander S.A.	3,0% a.a.	Nov/16	-	-	1.428
Banco Bradesco	3,0% a.a.	Dez/16	-	-	122
			40.254	28.154	43.128
Moeda Nacional com parte relacionada					
BNDES Profarma Produção	TJLP + 1% a.a.	jan/18	5.453	9.569	5.453
BNDES Profarma Inov.	3,5% a.a.	nov/15	2.794	4.042	2.794
			8.247	13.611	8.247
Total de Empréstimos e Financiamentos			48.501	41.765	51.375
Passivo Circulante			25.733	29.198	28.590
Passivo Não Circulante			22.768	12.567	22.785

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas contratuais restritivas (“covenants”), as quais permitem ao credor considerar antecipadamente vencido o contrato e exigir de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto nas seguintes hipóteses:

- (a) Contratos Capital de Giro Banco Santander S.A.

- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com o banco ou qualquer sociedade ligada ao banco;
- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com terceiros;
- Se a Companhia ou avalistas tiverem títulos de suas responsabilidades protestados cujo somatório some R\$ 50 mil;
- Se a Companhia sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que a critério do banco possa afetar sua capacidade de honrar obrigações;
- Se a Companhia ou avalistas tornarem-se insolventes, tiverem falência requerida, início de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se acolher a RAET – regime de administração especial temporária;
- Transferência de bens e obrigações;
- Se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia, ou ainda se ocorrer incorporação, cisão ou fusão;
- Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias mencionadas em contrato;
- Se houver alteração ou modificação do objeto social.

(b) Contratos Capital de Giro Banco Itaú S.A.

- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
- Se a Companhia iniciar qualquer procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se for requerida sua falência, ou se houver protesto de título contra a Companhia;
- Não cumprimento de qualquer obrigação assumida em outras obrigações celebradas com o banco, suas controladas, controladores ou coligadas;
- Substituição do Devedor Solidário por motivo de insolvência;
- Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias ou dos direitos creditórios mencionadas em contrato;
- Se houver sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
- Indícios de crise econômica financeira ou de estado pré-falimentar;

(c) Contratos Finame Banco Itaú S.A.

- Inadimplência da Companhia junto ao credor;

- Se a Companhia sofrer protesto de título, pedir falência ou insolvência, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor plano de recuperação extrajudicial;
- Se for proposto contra a Companhia ação judicial por não pagamento de dívida certa, líquida e vencida, que a critério do Itaú comprometa o cumprimento de suas obrigações ou garantias;
- Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco;
- Se for comprovada sentença transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente.

(d) Contratos Investimentos Banco BNDES

- Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem atendimento ao disposto no inciso III da Cláusula Oitava;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

Não cumprimento das obrigações constantes dos incisos VIII e XIII da Cláusula Oitava;

- Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na Beneficiária, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, inciso I e II

Companhia não apresentava nenhuma quebra de cláusulas restritivas (“covenants”) nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de outubro de 2015.

16 Adiantamentos de clientes

O valor de R\$ 2.024 classificado no passivo circulante (controladora e consolidado) refere-se aos montantes de R\$ 1.000 adiantado em junho de 2012 e R\$ 1.024 em julho 2012, pelo cliente Contatti Comércio e Representações Ltda., com entrega programada para outubro de 2016.

17 Obrigações sociais e trabalhistas

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	633	441
INSS a recolher	1.046	1.237
FGTS a recolher	118	109
Provisão de férias	755	944
Outros	223	381
	<u>2.776</u>	<u>3.112</u>

Não existem montantes adicionais relevantes no consolidado.

18 Impostos diferidos

Os impostos diferidos passivos sobre a adoção dos CPCs foram atribuídos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivos fiscais diferidos		
Capitalização dos juros sobre empréstimos	120	123
Custo atribuído (deemed cost)	920	1.615
Prédio Fabril	645	507
Diferença vida útil bombas de infusão	15	744
	<u>1.700</u>	<u>2.989</u>
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.047	668
Provisão para contingências trabalhistas	154	150
Provisões indedutíveis	14	150
Provisão Ajuste de Estoque	119	
Prejuízos fiscais	2.693	1.142
	<u>4.027</u>	<u>1.960</u>
Líquido	<u>2.327</u>	<u>(1.029)</u>

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social nos resultados dos exercícios 2015 e 2014 está demonstrado conforme quadro a baixo:

<i>Controladora</i>	2015	2014
Lucro ou Prejuízo Contábil antes do IR e CS	(7.586)	(5.240)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada – 34%	2.579	1.782
Adições 34%	(761)	(921)
Equivalência patrimonial	(399)	-
Outras adições	(362)	(921)
Exclusões 34%	1.538	-
Subvenção governamental	1.538	-
Outras exclusões	-	-
Total da despesa com IR e CS	<u>3.356</u>	<u>861</u>

20 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014, o saldo da provisão para contingências está baseado na avaliação da possibilidade de perda, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia para as questões em litígio judicial de origem fiscal, cível e trabalhista. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do saldo é a seguir apresentada:

<i>Controladora</i>	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhista	<u>455</u>	<u>440</u>
	<u>455</u>	<u>440</u>

Abaixo apresentam-se as causas consideradas como possíveis de perda pelos assessores jurídicos da Companhia:

	Valor	Quantidade
Trabalhista	1.873	31
Cível	444	3
Tributária	<u>1.656</u>	<u>2</u>
	<u>3.974</u>	<u>36</u>

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2014, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou pelo aumento de capital social da companhia no montante de R\$ 38.462 mediante a emissão de 422.791 ações ordinárias. As condições foram aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2014, sendo que em 2014 foi integralizado o montante de R\$ 16.462 e o restante, no montante total de R\$ 22.000 foi integralizado em 2015.

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado está representado por 2.511.377 ações ordinárias, no valor de R\$ 68.436.

O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Ações ordinárias	Total integralizado
Lifemed Administração e Participações Ltda.	1.065.600	15.294
Lifemed Capital Participações Ltda.	563.497	8.087
BNDES Participações S.A.	552.503	15.055
Kumla S.A.	219.851	20.000
Fundo BBI S.A.	<u>109.926</u>	<u>10.000</u>
Total	<u>2.511.377</u>	<u>68.436</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Será destinada à reserva de investimentos e capital de giro e tem como objetivo atender às necessidades de recursos para execução dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa 29 às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de subvenções governamentais para investimentos, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e são excluídas na determinação do lucro tributável pelo imposto de renda e contribuição social. Os benefícios decorrentes desses incentivos não podem ser distribuídos como dividendos aos acionistas e devem ser mantidos em reservas de lucros, exceto para fins de absorção de prejuízos, sendo que as reservas devem ser reconstituídas à medida que lucros sejam gerados, até o montante dos benefícios obtidos.

d. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, parcialmente alterada pelas Leis nº 9.457 de 05/05/1997 e 10.303 de 31/10/2001, respectivamente.

22 Receita operacional líquida

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	77.252	88.194
Prestação de serviços	2.557	3.262
Receita CPC 30	(1.454)	-
	78.355	91.456
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(13.027)	(15.481)
Devoluções e abatimentos	(3.652)	(4.541)
	(16.679)	(20.021)
Receita líquida	61.676	71.435

O ajuste referente a “receita CPC 30” decorre de operações de vendas efetuadas as quais não foram entregues até o encerramento do exercício

23 Despesas por natureza

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Matérias-primas e materiais de consumo	(22.784)	(24.855)
Remuneração direta	(16.718)	(22.247)
Comissões sobre vendas	(2.733)	(2.874)
Frete sobre vendas	(1.908)	(2.679)
Despesas com viagem	(1.730)	(1.462)
Depreciação e amortização	(8.824)	(5.996)
Serviços tomados de pessoas jurídicas	(6.504)	(7.995)
Despesa com marketing	(625)	(1.784)
Despesa com água, luz e telefone	(1.156)	(804)
PCLD	(1.119)	(214)
Gastos com projetos	(1.848)	(1.792)
Outras despesas	(1.841)	(2.620)
	(67.790)	(75.322)
Custo dos produtos vendidos	(36.792)	(46.569)
Despesas de vendas	(16.777)	(17.047)
Despesas gerais e administrativas	(14.221)	(11.706)
	(67.790)	(75.322)

24 Resultados financeiros

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras		
Despesas de juros	(8.322)	(5.178)
Despesas bancárias	(835)	(279)
Variação cambial passiva	(176)	(80)
Outras despesas Financeiras	(449)	(510)
	<u>(9.782)</u>	<u>(6.047)</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	93	275
Variação cambial ativa	1.622	58
Receitas de juros	1.901	196
	<u>3.616</u>	<u>529</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.166)</u>	<u>(5.518)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Controladora

	31/12/2015	31/12/2014
Incentivo fiscal FUNDOPEM	4.525	5.051
Outras Receitas	1.343	-
Outras Despesas	-	(886)
	<u>5.868</u>	<u>4.165</u>

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

<i>Controladora</i>	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.140	16.673
Contas a receber de clientes	18.177	18.361
	19.317	35.034
	31/12/2015	31/12/2014
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.206	9.530
Empréstimos e financiamentos	48.501	41.765
	51.707	51.295

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

b. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Saldo contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis		
Caixas e equivalentes de caixa	1.140	1.140
Contas a receber de clientes	18.177	18.177
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.206	3.206
Empréstimos e financiamentos	48.501	48.501

c. Análise de sensibilidade

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 14 e nº 15, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com diversas taxas de juros. Entretanto, a Administração considera que as

variações mais significativas estão atreladas as operações pós-fixadas que serão demonstradas através da análise de sensibilidade abaixo:

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais e a Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

Em 2015 o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de R\$ 18.177 (R\$ 18.361 em 2014) referente as contas a receber de clientes.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	3.206	3.122	54	21	9
Empréstimos e financiamentos	<u>48.501</u>	645	22.333	1.688	23.836
	51.708				

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, principalmente o preço de componentes eletrônicos para fabricação das bombas de infusão que são adquiridos no mercado local, mas são baseados no preço em dólar e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de

risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

g. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Controladoria da Companhia. Os resultados das análises da Controladoria são discutidos com a administração da Companhia.

h. Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

28 Participação nos lucros

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pela Administração, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano.

29 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimentos estaduais.

Os valores das subvenções recebidas do Estado, por meio do programa FUNDOPEM/RS - Estado do Rio Grande do Sul, que visa atender aos interesses do desenvolvimento regional, de forma a subvencionar os investimentos realizados na expansão de uma unidade industrial no município de Pelotas (RS) e o incremento e manutenção de postos de trabalho. Esta subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido nos programas FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS, decreto n° 42.360/03. O cálculo da subvenção é determinado a partir do montante de ICMS devido incremental e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. O valor total deste incentivo estadual é de R\$ 31 milhões a preço da data da assinatura do Termo de Ajuste n° 025/2006 em 19 de outubro de 2006. Os efeitos no passivo e no resultado dos valores de subvenções governamentais são apresentados a seguir:

Exercício	Efeito no passivo	Efeito no resultado
Exercício 2009	240	244
Exercício 2010	1.346	1.458
Exercício 2011	2.251	1.854
Exercício 2012	1.831	2.083
Exercício 2013	1.948	2.367
Exercício 2014	(12)	5.051
Exercício 2015	<u>2.966</u>	<u>4.255</u>
Total	<u>10.570</u>	<u>17.582</u>

30 Investimento em Controlada

a) Composição

Empresa	Tipo	Part %	PL 31/12/2015	Ajustes Valor justo	Reclassificação	Investimento	Ações ordinárias/quotas
Signove Tecnologia S.A.	Controlada	66,66%	3.531*	(457)	-	1.897	399.900
Vida Indústria e Comércio Ltda.	Controlada	100%	(808)	1.192	808	1.192	70.000

* Inclui R\$ 1.000 referente a capital a integralizar, o qual foi reconhecido na controladora, com base no Acordo de Investimento.

b) Movimentação

	Vida	Signove	Total
Saldo inicial na aquisição	1.437	2.200	3.637
Resultado de equivalência patrimonial	(871)	(303)	(1.174)
Reclassificação provisão passivo à descoberto	808	-	808
Ajustes período de mensuração	(182)	---	(182)
Saldo	1.192	1.897	3.089

c) Principais informações

31/12/2015	Vida	Signove
Ativo total	3.964	2.562
Passivo total	4.772	31
Patrimônio líquido	(808)	2.531
Prejuízo do exercício	(871)	(455)

31 Combinações de negócios

Em 2015, a Companhia concluiu a aquisição do controle das empresas Vida Indústria e Comércio de Produtos Médicos Ltda. (“Vida”) e Signove Tecnologia S.A. (“Signove”), como descrito abaixo.

31.1 Aquisição da controlada - Vida

Conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas de 1º de julho de 2015, a Lifemed adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Vida Indústria e Comércio de Produtos Médicos Ltda. A contraprestação transferida, conforme acordado entre as partes, totalizou o valor líquido de R\$ 1.437, será paga de forma parcelada, conforme cronograma de pagamentos definido no contrato, com vencimento final até o ano 2018. O controle efetivo das operações foi assumido pela Lifemed no mês de setembro de 2015, data em que foi efetuada a primeira consolidação das demonstrações financeiras da Vida.

A seguir, são demonstrados os valores dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data em que o controle foi assumido:

Em 30/09/2015

	Valor contábil	Valor justo	Ajuste
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	270	270	-
Contas a receber de clientes	1.129	1.129	-
Impostos a recuperar	755	755	-
Estoques	792	792	-
Outras contas a receber	596	596	-
Imobilizado	364	364	-
Intangível	9	1.202	1.193
	<u>3.916</u>	<u>5.109</u>	<u>1.193</u>
Passivo			
Fornecedores	(1.247)	(1.247)	-
Empréstimos e financiamentos	(2.011)	(2.011)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(117)	(117)	-
Obrigações tributárias	(21)	(21)	-
Provisão para contingências	(276)	(276)	-
	<u>(3.672)</u>	<u>(3.672)</u>	<u>-</u>
Total de ativos líquidos identificados	<u>244</u>	<u>1.437</u>	<u>1.193</u>

A mais valia apurada na operação foi integralmente alocada a intangível de tecnologia industrial, uma vez que a operação teve como objetivo agregar tecnologia de produtos complementares aos produtos da Lifemed, de modo a oferecer solução completa aos clientes.

Cálculo do ágio/(ganho) na aquisição

Valor da contraprestação transferida	1.437
Valor justo dos ativos líquidos recebidos	(1.437)
Valor justo da participação de não controladores	-
Ágio/(ganho)	<u>-</u>

31.2 Aquisição da controlada – Signove

Conforme Acordo de Investimento de 24 de novembro de 2014, a Lifemed adquiriu 66,66% das ações representativas do capital social da Signove Tecnologia S.A. A contraprestação transferida, conforme acordado entre as partes, está representada por aportes de capital na adquirida, mediante a emissão de ações ordinárias, no montante total de R\$ 2.200. Do montante total dos aportes, R\$ 1.200 foram integralizados durante o exercício 2015, restando R\$ 1.000 a serem integralizados em 2016. O controle efetivo das operações foi assumido pela Lifemed após a realização do primeiro aporte no início de 2015. A aquisição foi reconhecida na demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2015, data a partir da qual as demonstrações financeiras da Signove passaram a ser consolidadas.

A seguir, são demonstrados os valores dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data em que o controle foi assumido:

Em 01/01/2015

	Valor contábil	Valor justo	Ajuste
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	205	205	-
Contas a receber de clientes	7	7	-
Impostos a recuperar	30	30	-
Outros ativos	5	5	-
Imobilizado	72	72	-
Intangível	1.538	1.081	(457)
	<u>1.857</u>	<u>1.400</u>	<u>(457)</u>
Passivo			
Contas a pagar	(36)	(36)	-
Outros passivos	(35)	(35)	-
	<u>(71)</u>	<u>(71)</u>	<u>-</u>
Total de ativos líquidos identificados	<u>1.786</u>	<u>1.329</u>	<u>(457)</u>
Aportes de capital	<u>2.200</u>	<u>2.200</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.986</u>	<u>3.529</u>	<u>(457)</u>

A aquisição de Signove teve como principal fundamento a aquisição de software em desenvolvimento cuja aplicação, quando concluído, resultará na disponibilização de produto inovador e complementar aos produtos da Lifemed aos seus clientes.

Cálculo do ágio/(ganho) na aquisição

Valor da contraprestação transferida	2.200
Valor justo dos ativos líquidos recebidos	(3.529)
Valor justo da participação de não controladores	<u>1.329</u>
Ágio/(ganho)	<u>-</u>